F.Ó.R.U.M

REVISTA DA **ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS** DO ESTADO DE RIO DE JANEIRO

NÚMERO **57** | ANO **19** | JUL + AGO + SET | **2019**

Magistratura do Rio, orgulho do Judiciário brasileiro

Pelo 10º ano seguido, o TJ-RJ é o mais produtivo do país; na foto, imagem panorâmica do Fórum Central, por Matheus Salomão

AMB COMPLETA O 70º ANIVERSÁRIO
Solenidades na Câmara dos Deputados e no STJ saúdam os 70 anos da Associação
p.**16**

EM DEFESA DA MAGISTRATURA
Movimento associativo contra a Lei de Abuso de Autoridade
p.**28**

OS DESTAQUES DOS MUSEUS DE NOVA YORK
Artistas do Brasil dividem os salões com mestres como Picasso e Van Gogh
p.**34**

AMAERJ

ESTIMADOS,

Nos últimos anos, como vice-presidente Institucional da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), tive o prazer de percorrer vários tribunais brasileiros. Em reuniões, cerimônias e sessões, pude conversar com os magistrados locais, das cinco regiões do país, para conhecer as particularidades de cada tribunal, suas dificuldades e virtudes, com o objetivo de aperfeiçoar o Poder Judiciário nacional.

Além de ouvi-los, sempre destaquei como exemplo as iniciativas e o trabalho desenvolvido pela Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. E posso garantir que a atuação e o esforço do nosso Tribunal são admirados em todo o Brasil.

A eficiência deste trabalho, já amplamente reconhecido, foi mais uma vez constatada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Relatório Justiça em Números. Tenho imenso orgulho em fazer parte da Magistratura fluminense, que, pela décima vez consecutiva, foi apontada como a mais produtiva do país. O Tribunal de Justiça alcança este resultado histórico graças ao trabalho, à criatividade e ao esforço pessoal de cada magistrado. Parabéns a todos!

Esta edição da **FÓRUM** traz os resultados do estudo do CNJ, que indica, pela primeira vez, a queda na quantidade de processos no Judiciário. Uma notícia muito bem-vinda.

No campo associativo, batalhamos contra a Lei de Abuso de Autoridade (13.869/19). Em reuniões na Presidência da República, no Ministério da Justiça, na Casa Civil e no Congresso, mostrei a necessidade de vetos à proposta. Após este trabalho de interlocução e das manifestações históricas de membros das carreiras públicas, conseguimos excluir vários pontos prejudiciais à magistratura, como o crime de violação de prerrogativas de advogados. Infelizmente, o Congresso Nacional derrubou parte dos vetos presidenciais, o que não nos esmorece de forma alguma. A luta prossegue em defesa de uma Magistratura independente, eficaz e unida.

Ao longo deste período, não nos descuidamos dos demais projetos de interesse da Magistratura, como a Reforma da Previdência, o Extrateto, a VTM (Valorização por Tempo na Magistratura e no Ministério Público) e as eleições diretas nos tribunais. Juntos somos mais fortes!

Renata Gil de Alcântara Videira
PRESIDENTE DA AMAERJ

FOTO: MATHEUS SALOMÃO

Caro leitor,

O desempenho inédito na história do Judiciário brasileiro merece ser exaltado. Logo, é o tema de capa desta edição da **FÓRUM** a constatação pelo Conselho Nacional de Justiça que os magistrados do Estado do Rio de Janeiro têm sido os mais produtivos do país nos últimos dez anos. O resultado do Relatório Justiça em Números honra não só a magistratura fluminense. Honra, e muito, a AMAERJ, a entidade que os representa.

Para ilustrar a capa, buscamos uma fotografia impactante, tarefa a que se dedicou, com a habitual competência, o jornalista Matheus Salomão. A panorâmica do Fórum Central foi obtida a partir do vizinho edifício-garagem Menezes Cortes. Incansável, Salomão subiu e desceu escadas, debruçou-se em parapeitos, agarrou-se a muretas a 50 metros de altura. Talentoso, voltou a com a foto de abertura.

Enviado especial a Brasília e Mangaratiba, o jornalista Diego Carvalho relata, em narrativas impecáveis, como foram as comemorações pelos recém-celebrados 70 anos da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a confraternização dos magistrados do Estado do Rio reunidos em um fim de semana na Costa Verde fluminense.

As duas gestões consecutivas da presidente Renata Gil à frente da AMAERJ foram dedicadas, com afinco, à defesa intransigente da magistratura e de suas prerrogativas. Nesta edição, tratamos da questão da Lei de Abuso de Autoridade, sancionada com vetos pelo presidente Jair Bolsonaro sob a inspiração do movimento associativo e, posteriormente, modificada em votação no Congresso Nacional. Apresentamos como as associações atuaram na questão, assim como em debates fundamentais à magistratura, caso do Extrateto e da Reforma da Previdência, também tema de artigo da especialista Vanice Valle.

As eleições na AMB e na AMAERJ, marcadas para novembro, são anunciadas nesta **FÓRUM**. Apresentamos as chapas e seus candidatos em textos objetivos, sem espaço para juízos de valor.

O juiz Daniel Konder, do TJ-RJ, é entrevistado pela jornalista Evelyn Soares na edição 57 da **FÓRUM**. Estudioso dos temas relacionados à infância e à juventude, o magistrado defende a realização de seminários, debate e encontros, de modo a que a sociedade tenha condições de se aprofundar na análise de assunto tão importante.

A capa do Cariocando, espaço dedicado ao turismo, artes, esporte e literatura, trata dos 50 anos da chegada do homem à Lua e as manifestações culturais vinculadas ao satélite único de nosso planeta.

A cultura também está presente na reportagem turística. Destino de milhões de viajantes, Nova York, tida como "A Capital do Mundo", oferece a eles museus espetaculares, que vão das tradicionais artes plásticas à história do mundo. São imperdíveis os museus nova-iorquinos, onde artistas brasileiros têm suas obras expostas. Confira quem são eles.

Em Esporte, contamos como foram os Jogos da Magistratura disputados em Brasília, em comemoração aos 70 anos da AMB. Os Jogos tiveram por objetivo incentivar a prática esportiva pelos magistrados e parentes.

Gostaríamos que vocês, prezados leitores, apreciem mais uma edição de **FÓRUM**. ■

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE
Renata Gil

1º VICE-PRESIDENTE
André Gustavo Correa de Andrade

2º VICE-PRESIDENTE
Ricardo Alberto Pereira

SECRETÁRIA-GERAL
Eunice Bitencourt Haddad

1ª SECRETÁRIA
Marcia Alves Succi

1º TESOUREIRO
Luiz Alfredo Carvalho Junior

2º TESOUREIRO
João Felipe Nunes Ferreira Mourão

FÓRUM AMAERJ

EDITOR
Sergio Torres

REDAÇÃO
Diego Carvalho, Evelyn Soares, Matheus Salomão e Sergio Torres

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Andréa Miranda

DESIGN
Wallace Ferreira

CONTATO
revista@amaerj.org.br

IMPRESSÃO
Gráfica Mec

TIRAGEM
2.000 exemplares

SEDE DA AMAERJ
Rua Dom Manuel, 29 - 1° andar
Rio de Janeiro | RJ | Brasil |
CEP 20010-090
Tel.: (21) 3133-2315

Diante do Palácio do Planalto, magistrados participam de ato contra a Lei de Abuso de Autoridade

10

3 **MENSAGEM DA PRESIDENTE**

4 **CARTA DO EDITOR**

6 **PALAVRAS AO VENTO**

8 **IMAGEM DA FÓRUM**

10 **MAGISTRATURA NACIONAL REPUDIA A QUEDA DOS VETOS PRESIDENCIAIS**
Associações se manifestam contra a derrubada dos vetos de Bolsonaro a artigos da Lei de Abuso de Autoridade

14 **AMAERJ EM MOVIMENTO**

16 **70 ANOS DE CONQUISTAS HISTÓRICAS**
Magistrados celebram o aniversário da AMB

18 **CAMPEÃO DE PRODUTIVIDADE**
TJ-RJ é o mais produtivo do país pela 10ª vez seguida

22 **AMB ELEGERÁ NOVOS PRESIDENTE E CONSELHEIROS**

23 **DUAS CHAPAS DISPUTARÃO AS ELEIÇÕES NA AMAERJ EM NOVEMBRO**

24 **DEBATES PELA INFÂNCIA E JUVENTUDE**

25 **ENTREVISTA**
Juiz Daniel Konder

26 **INTERAÇÃO ENTRE MAGISTRADOS ATIVOS E APOSENTADOS**

27 **ARTIGO**
por **VANICE VALLE**

28 **DEFESA DAS PRERROGATIVAS E DA VALORIZAÇÃO DOS MAGISTRADOS**

30 **MANHÃ DE MEMÓRIAS E CELEBRAÇÃO**

31 **CARIOCANDO**

32 » Cultura
O impacto cultural da Lua dos astronautas

34 » Turismo
O mundo nos museus de Nova York

36 » Esporte
Jogos da Magistratura celebram os 70 anos da AMB

38 » Estante
Mais cinco novos títulos para a sua biblioteca jurídica

FOTOS: DIEGO CARVALHO, EVELYN SOARES E MATHEUS SALOMÃO

“Quem vai investir milhões, às vezes até bilhões, em uma sociedade sem ter certeza de que o contrato vai ser respeitado? Temos que ter limites. E o limite é a legalidade, a letra da lei. E temos que ter certeza de que não haverá arbitrariedades.”

Antonio Saldanha,
ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça), sobre o papel do Judiciário na retomada do desenvolvimento do Rio de Janeiro

“A soberania popular é o motor que faz a democracia mover-se dentro dos limites e das possibilidades da Constituição.”

Edson Fachin,
ministro do STF sobre a Justiça Eleitoral

“NESTES 70 ANOS ACONTECEU MUITA COISA, E OS JUÍZES ESTAVAM LÁ, PARTICIPARAM ATIVAMENTE DOS MOMENTOS MAIS REPRESENTATIVOS DA HISTÓRIA DO BRASIL. ISSO É MOTIVO DE ORGULHO. O ANIVERSÁRIO É DE VOCÊS, COLEGAS, QUE FIZERAM O NOME DESTA ENTIDADE. PARABÉNS A VOCÊS.”

Jayme de Oliveira,
presidente da AMB, em sessão solene na Câmara dos Deputados pelos 70 anos da Associação

“Uma Constituição, por mais importante que seja, não significará nada a menos que as pessoas anseiem por liberdade e independência.”

Ruth Bader Ginsburg, juíza da Suprema Corte dos Estados Unidos

“O impacto disso na sociedade é de todas as carreiras de Estado. Percebemos que vai diminuir e comprometer o trabalho de proteção de direitos das pessoas.”

Fábio Esteves,
presidente da AMAGIS-DF, em ato público contra o Projeto de Lei de Abuso de Autoridade

“Não há salvação para o juiz covarde. Abomine os processos frios, sem alma e sem coração. Decida sempre como se fosse a sua vida. Creia no amor e acredite mais na intenção. Cuide do homem e não do papel.”

Marcus Faver,
ex-presidente do TJ-RJ em homenagem na EMERJ

“A gente não tem nem a prisão perpétua nem a pena de morte. Então a gente sabe que um dia o preso retorna ao convívio social. E de que maneira nós queremos que ele retorne ao nosso convívio? Se é de uma maneira mais violenta do que ele entrou, a gente está no caminho certo.”

Rafael Estrela,
juiz do TJ-RJ, em “O Globo”

FOTOS: NELSON JR./STF E THE WASHINGTON POST

IMAGEM DA FÓRUM

Em 21 de agosto, magistrados e promotores de todo o país promoveram um ato público contra o Projeto de Lei do Abuso de Autoridade (PL 7.596/17) e para defender a independência do Poder Judiciário. A manifestação foi realizada em frente ao Palácio do Planalto, sede administrativa da Presidência da República, em Brasília (DF).

FOTO: EVELYN SOARES/AMAERJ

Em frente ao Palácio do Planalto, lideranças associativas repudiam a Lei de Abuso de Autoridade

MAGISTRATURA NACIONAL REPUDIA A QUEDA DOS VETOS PRESIDENCIAIS

Associações se manifestam contra a derrubada dos vetos de Bolsonaro a artigos da Lei de Abuso de Autoridade

por **DIEGO CARVALHO, EVELYN SOARES e SERGIO TORRES**

1. Ato público diante do prédio da Justiça Federal no Centro do Rio; **2.** Renata Gil no protesto em Brasília; **3.** Jayme de Oliveira discursa no ato contra a Lei de Abuso

Aderrubada pelo Congresso Nacional dos vetos do presidente Jair Bolsonaro à Lei de Abuso de Autoridade indignou a magistratura e mobilizou, mais uma vez, seus líderes associativos. Em votação convocada às pressas, na noite de 24 de setembro, parlamentares recuperaram artigos vetados pelo presidente. Justamente artigos que atingem diretamente a independência dos magistrados.

A reação veio logo na manhã seguinte. Em São Paulo, a presidente da AMAERJ, Renata Gil, promoveu com 60 juízes militares, reunidos no Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, o primeiro ato de repúdio ao resultado. Em protesto, os magistrados ficaram de pé na abertura do congresso "Leis Penais Extravagantes".

Ainda naquela quarta-feira (25 de setembro), Renata Gil, em artigo publicado no site do jornal "O Estado de S. Paulo", critica a decisão parlamentar. "O objetivo escuso dessa inconstitucional legislação é impedir a atuação independente e firme de todos os magistrados brasileiros no combate à corrupção", sentenciou.

Em entrevista ao site Consultor Jurídico (ConJur), Renata Gil credita a derrubada dos vetos a "uma absoluta retaliação" à ação da Magistratura contra a corrupção. Segundo ela, a decisão esteve amparada em "questões pessoais" e que "a vida do magistrado brasileiro criminal" será afetada de "forma muito contundente".

Em nota, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) se pronunciou sobre a votação no Congresso. Assinado pelo presidente Jayme de Oliveira, o documento informa a

FOTOS: DIEGO CARVALHO, EVELYN SOARES E AMB

Deputado Elmar Nascimento conversa com representantes de associações da magistratura

apresentação ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) a fim de questionar "a constitucionalidade dos artigos que atingem o exercício da função jurisdicional e afrontam a independência judicial".

Parado desde 2017, o projeto de lei do Abuso de Autoridade (PL 7.596/17) ganhou regime de urgência no plenário da Câmara dos Deputados no início da noite de 14 de agosto. A presidente Renata Gil passara o dia em conversa com parlamentares, buscando alterações no texto da proposta.

O texto já continha mudanças propostas pela AMB, como a retirada do crime de hermenêutica, a fim de que divergências na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configurem, por si só, abuso de autoridade.

A proposta foi levada à votação no fim daquela noite. Aprovado em votação simbólica, o PL seguiu à sanção do presidente Bolsonaro. A partir daí, as associações começaram a trabalhar pelo veto presidencial, por entenderem que a aprovação aconteceu em momento de instabilidade, sem o debate necessário ao aprimoramento do texto.

Para a AMB, o PL enfraqueceria as autoridades empenhadas no combate à corrupção e na defesa dos valores fundamentais, com grave violação à independência do Judiciário. As associações centraram esforços pelo veto na Casa Civil e na Presidência da República. Renata Gil apresentou os pedidos da magistratura em reuniões com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro; o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Jorge Antonio de Oliveira Francisco; o líder do governo na Câmara, deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO); e Humberto Fernandes de Moura, subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil.

As associações nacionais e estaduais da magistratura e das demais carreiras impactadas pelo PL promoveram manifestações em todo o país de 20 a 23 de agosto. Em Brasília, 200 juízes e promotores se reuniram em frente ao Palácio do Planalto, convocados pela

"ARTIGOS (...) AFRONTAM A INDEPENDÊNCIA JUDICIAL."

NOTA OFICIAL DA AMB

1. Magistrados reunidos com deputado Arthur Lira; **2.** O ministro Sergio Moro recebe líderes do movimento associativo; **3.** O subchefe de Assuntos Jurídicos da Casa Ciivl, Humberto Moura, e Renata Gil; **4.** A presidente da AMAERJ e o ministro Jorge Antonio Francisco, da Secretaria-Geral da Presidência da República; **5.** Renata Gil e o deputado Major Vítor Hugo

Frentas (Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público), com apoio da AMB e das associações.

A AMB pedira ao governo o veto a 13 artigos em que a atividade dos juízes ficaria comprometida. "Ninguém é a favor de abuso de autoridade, claro. Todavia, não podemos, a pretexto de querer punir o abuso, intimidar as carreiras e prejudicar as atividades das autoridades públicas, que poderão não mais conseguir desenvolver seu trabalho com a devida independência e coragem", afirmou o presidente da AMB.

No Rio, 15 associações participaram do ato público organizado pela Frentas-Rio (Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público do Rio de Janeiro), composta pela AMAERJ, AJUFERJES (Associação dos Juízes Federais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), AMATRA-1 (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região) e AMPERJ (Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro).

Os graves impactos do PL foram destacados por magistrados, integrantes do Ministério Público, delegados, policiais e auditores. O ato reuniu, mesmo sob chuva, 80 representantes das carreiras de Estado prejudicadas pelo projeto. Em discurso, Renata Gil ressaltou que o PL alteraria a estrutura criminal.

"O projeto atinge e fere de morte o processo investigativo criminal e a atuação do juiz criminal. Dentre os artigos do PL, detectamos vários crimes de hermenêutica. O magistrado será punido pelo seu ato de julgar. Esse projeto não atinge só o combate à corrupção, atinge o combate ao crime, impede a atuação do juiz criminal e viola os princípios mais caros da Constituição: a independência funcional e as prerrogativas das carreiras de Estado", ressaltou.

> "O PROJETO ATINGE E FERE DE MORTE O PROCESSO INVESTIGATIVO CRIMINAL."
>
> **RENATA GIL,** presidente da AMAERJ

Após o trabalho de convencimento dos riscos à magistratura, o presidente Bolsonaro, em 5 de setembro, sancionou a Lei do Abuso de Autoridade (13.869/2019) com 19 vetos a 36 pontos do PL. Dos 13 pedidos da AMB, sete foram acolhidos. ■

FOTOS: DIEGO CARVALHO, EVELYN SOARES E AMB

ATUAÇÃO ÁGIL POR MELHORIAS NA CARREIRA

Associação apresenta requerimentos em defesa dos magistrados e homenageia ex-presidentes

por **DIEGO CARVALHO**

Renata Gil e Leandro Loyola conversaram sobre a criação de mais ambientes para video-conferências

SALAS DE VIDEOCONFERÊNCIA

Em requerimento apresentado à presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em 18 de setembro, a AMAERJ pediu a instalação de novas salas de videoconferência na Comarca da Capital e nos NUR's (Núcleos Regionais). A Associação solicita que os espaços comportem grandes audiências, com elevado número de réus e testemunhas, nos moldes das duas salas da antiga CAC (Central de Assessoramento Criminal). A presidente Renata Gil tratou do tema com o juiz-auxiliar da presidência do TJ-RJ Leandro Loyola.

LIMINAR

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) ratificou, em 10 de setembro, a decisão liminar requerida pela AMAERJ contra os atos da Corregedoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro a respeito da intimação de magistrados e do prazo para a apresentação de documentos comprobatórios da participação em cursos de aperfeiçoamento. O conselheiro André Godinho relatou o PCA (Procedimento de Controle Administrativo). A liminar com determinação de prazo máximo de mais 30 dias foi ratificada, em decisão unânime, pelo plenário.

Conselheiro André Godinho ratifica no CNJ a liminar requerida pela AMAERJ

Fórum de Itaboraí, município na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

ENTRÂNCIA ESPECIAL

A COMAQ (Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais) aprovou, em 26 de agosto, a elevação das Comarcas de Itaboraí e Maricá à Entrância Especial. Em requerimento enviado ao TJ-RJ, em julho, a AMAERJ havia pedido a elaboração de estudos técnicos para a elevação da entrância de Itaboraí, Magé, Barra Mansa, Macaé e Maricá. A proposta de elevação das Comarcas de Barra Mansa e Macaé será analisada pela DGPCF (Diretoria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças). A proposta de elevação da Comarca de Magé aguarda análise da presidência do TJ.

A presidente da Regional de Niterói, Beatriz Pantoja, Rosana Albuquerque e Renata Gil

HOMENAGENS

Com a presença do presidente do TJ-RJ, Claudio de Mello Tavares, e da presidente Renata Gil, a 1ª Seção Regional da AMAERJ (Niterói) inaugurou, em 4 de julho, o retrato da ex-presidente Rosana Albuquerque. Prestigiada por 65 magistrados, amigos e parentes da homenageada, a cerimônia aconteceu em um restaurante na orla de Niterói. A fotografia da presidente da AMAERJ Niterói no biênio 2016-2017 passou a integrar a Galeria de Presidentes da Regional. Na Sede Praiana, em São Pedro da Aldeia, a associação inaugurou, em 21 de setembro, o retrato do desembargador Francisco da Motta Macedo (1933-2018), que presidiu a AMAERJ no biênio 2000-2001 e dirigiu a sede recreativa de 2016 a 2017.

AMAERJ MULHERES

Foi realizada em julho a primeira reunião da Comissão AMAERJ Mulheres. O grupo tem como objetivo promover debates e estudos das questões de gênero que afetam a carreira da magistratura no âmbito estadual. A comissão debateu temas como a equidade de gênero e os problemas que afetam a atuação das mulheres na magistratura. Também foram discutidas as estratégias que o grupo adotará. Estiveram na reunião a presidente Renata Gil e as magistradas Katerine Jatany Kitsos Nygaard, Adriana Ramos de Mello e Priscilla Pereira da Costa Corrêa.

Priscilla Corrêa, Renata Gil, Adriana Ramos de Mello e Katerine Nygaard

Juízes participam de curso sobre como prevenir a corrupção

PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO

Em 16 de setembro, 35 juízes concluíram o curso de formação continuada "Prevenção à Corrupção: o controle preventivo como fato dissuasivo da corrupção", coordenado pela presidente Renata Gil e pelo promotor do MP-RJ (Ministério Público do Rio de Janeiro) Francisco Cardoso. O tema discutido é inédito na grade da EMERJ (Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro). No encerramento, Renata Gil fez palestra sobre as ações do Poder Judiciário na recuperação de ativos e gestão de bens apreendidos.

FOTOS: DIEGO CARVALHO, MATHEUS SALOMÃO, TJ-RJ/DIVULGAÇÃO E CNJ/DIVULGAÇÃO

1

70 anos de conquistas históricas

Magistrados celebram o aniversário da AMB em sessões na Câmara e no STJ

por **DIEGO CARVALHO,** enviado especial a Brasília

As lutas associativas em defesa da magistratura, do Judiciário e da democracia nacional que marcam a história da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) foram celebradas em sessões comemorativas dos 70 anos da entidade, fundada no Rio de Janeiro. As celebrações aconteceram em 10 e 11 de setembro, no plenário da Câmara dos Deputados e no auditório do STJ (Superior Tribunal de Justiça), em Brasília.

Presente aos encontros, a presidente da AMAERJ, Renata Gil, ressaltou a relevância da AMB, a maior associação de juízes do mundo, com 14 mil associados.

"Este é um momento de muita alegria pra todos nós, magistrados. A AMB tem historicamente travado grandes batalhas para o Poder Judiciário, pilar do Estado Democrático de Direito. Isso ficou bem claro nas falas dos parlamentares sobre a importância das bandeiras históricas da AMB e da atuação no processo de democratização do país", afirmou Renata Gil, para quem a AMB está presente em todas as questões que atingem a sociedade e a atuação do sistema de Justiça.

"O Poder Judiciário do Brasil é referência mundial por sua força e independência. Tudo o que a AMB faz nestes 70 anos é trabalhar para que isso se mantenha. Esperamos que, a partir desse intercâmbio de conversas e informações entre as instituições,

1. Mesa de autoridades no STJ durante homenagem à AMB; **2.** Lideranças do movimento associativo da Magistratura e parlamentares; **3.** Participantes da cerimônia realizada no Superior Tribunal de Justiça; **4.** Representantes associativos no Congresso, em Brasília

que tem acontecido especialmente na gestão do presidente Jayme de Oliveira, consigamos evitar retrocessos. O trabalho é pela conscientização da pauta da magistratura no Executivo e no Parlamento, com o objetivo de avançar e tornar o Judiciário mais forte e independente", acrescentou ela.

Magistrados de todo o país estiveram nas sessões. Sem poder comparecer em razão de uma viagem institucional, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM -RJ), enviou mensagem parabenizando a AMB e os magistrados.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA

Para o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli, a AMB faz parte da história de manutenção da democracia brasileira.

"A AMB promove uma união de forças. Se temos um Poder Judiciário extremamente fortalecido e atuante, dotado de plena independência e autonomia, se deve em grande medida a essa luta histórica da AMB. A vida associativa nos mantém unidos na defesa dos valores e objetivos comuns. Passados 70 anos, a AMB permanece contribuindo como nunca para a unidade da magistratura nacional", afirmou.

O presidente do STJ, João Otávio de Noronha, destacou a luta da AMB pelas prerrogativas que asseguram a independência e a isenção dos juízes e que blinda os magistrados de influências externas.

"São 70 anos de debates e trabalho árduo para atingirmos uma magistratura mais madura. A força e a independência da magistratura hoje devem muito aos bravos juízes que fundaram a AMB há 70 anos e aos que se associaram e defenderam o interesse de uma Justiça justa, independente, que garantisse a efetividade das tutelas jurisdicionais e a concretização dos direitos fundamentais. É com alegria e sabor de vitória que parabenizo todos vocês. Obrigado por nos ter dado juízes independentes", afirmou o presidente do STJ.

O presidente da AMB, Jayme de Oliveira, se disse extremamente honrado em dirigir a Associação. "Parabenizo a magistratura brasileira, uma das melhores do mundo. Nestes 70 anos aconteceu muita coisa, e os juízes estavam lá, participaram ativamente dos momentos mais representativos da história do Brasil. Isso é motivo de orgulho. O aniversário é de vocês, colegas, que fizeram o nome dessa entidade. Parabéns a vocês."

> "PASSADOS 70 ANOS, A AMB PERMANECE CONTRIBUINDO COMO NUNCA PARA A UNIDADE DA MAGISTRATURA NACIONAL",
>
> **DIAS TOFFOLI,** presidente do STF

HOMENAGENS

Jayme de Oliveira conduziu uma homenagem especial a 79 magistrados. Todos receberam um PIN, confeccionado em número limitado, como reconhecimento ao talento e à dedicação à defesa da magistratura brasileira e ao engrandecimento do Poder Judiciário.

A presidente Renata Gil foi uma das agraciadas, assim como integrantes da diretoria da AMB, da Escola Nacional da Magistratura (ENM), ex-presidentes da entidade, presidentes de associações e os ministros Dias Toffoli, João Otávio de Noronha e Humberto Martins (corregedor nacional de Justiça). ■

FOTOS: DIEGO CARVALHO

CAMPEÃO de produtividade

Tribunal de Justiça do Rio é o mais produtivo do país pela 10ª vez seguida

por

DIEGO CARVALHO e EVELYN SOARES

Pelo décimo ano consecutivo o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) está em primeiro lugar no ranking de produtividade do Relatório Justiça em Números. De acordo com o levantamento, divulgado em 28 de agosto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o TJ-RJ lidera o Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), com uma média de 3.339 casos julgados por cada magistrado.

A AMAERJ parabeniza a todos pelo trabalho de excelência no Judiciário fluminense. "Tenho muito orgulho de ser a representante da magistratura do Rio de Janeiro, a mais produtiva do Brasil. É em decorrência do trabalho, da criatividade e do esforço pessoal de cada magistrado que o Tribunal de Justiça alcança esse resultado histórico", afirmou a presidente Renata Gil.

Referência de fonte das estatísticas oficiais do Poder Judiciário, o Justiça em Números divulga anualmente a realidade dos tribunais brasileiros. Em 2019, o mais completo balanço da Justiça apresentou dados estatísticos de 90 tribunais e detalhamento da estrutura e litigiosidade, além de indicadores e análises essenciais para subsidiar a gestão judiciária.

O Tribunal do Rio também atingiu 100% do IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça), junto ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS), no segmento de tribunais de grande porte.

Com o índice de 133,4%, o TJ-RJ alcançou, em 2018, um patamar significativo no Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que reflete a capacidade das Cortes em dar vazão ao volume de casos ingressados. O Judiciário fluminense está em primeiro lugar entre os tribunais estaduais de grande porte, à frente de São Paulo (120,6%), Paraná (117,7%), Minas Gerais (110,6%) e Rio Grande do Sul (97,1%).

O TJ-RJ foi também o que recebeu maior demanda da população em 2018, se comparado aos tribunais estaduais de grande

"TENHO MUITO ORGULHO DE SER A REPRESENTANTE DA MAGISTRATURA DO RIO DE JANEIRO, A MAIS PRODUTIVA DO BRASIL."

RENATA GIL,
presidente da AMAERJ

Fachadas de edificações do TJ-RJ no Centro do Rio

porte. A cada 100 mil habitantes, 10.957 ingressaram com uma nova ação judicial no Tribunal do Rio no ano passado. Os números superam os alcançados pelos tribunais do Rio Grande do Sul (10.915), São Paulo (10.200), Paraná (9.136) e Minas Gerais (7.187).

DESEMPENHO NACIONAL

No Brasil, a produtividade do Judiciário registrou os maiores índices já medidos nos últimos dez anos, com crescimento tanto da produtividade individual (média por magistrado e servidor) quanto da global (total de baixados e de sentenças).

Em 2018, houve aumento na quantidade de processos baixados, que chegou a 31.883.392. A produtividade média dos magistrados cresceu 4,2%, maior percentual da última década, com média de 1.877, equivalente a 7,5 casos solucionados por dia útil.

"Nossos incansáveis juízes e servidores aumentaram ainda mais seus índices

FOTO: MATHEUS SALOMÃO

de produtividade e atingiram o maior patamar já verificado ao longo da série histórica. Foram quase oito julgamentos por dia útil, por magistrado. Foram julgados mais processos do que os distribuídos, com resultado positivo em todos os segmentos de Justiça", destacou o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Dias Toffoli.

O número de sentenças também cresceu. Em 2018, foram julgados quase 1 milhão de processos a mais do que no ano anterior. O número de sentenças chegou ao ápice da série histórica: 32.399.651. Em média, cada juiz julgou quase oito casos por dia útil do ano. O crescimento da produtividade ocorreu em todas as instâncias: 1º grau, 2º grau e tribunais superiores.

"O estudo revela que os magistrados brasileiros nunca trabalharam tanto em prol da sociedade, mesmo diante das inúmeras dificuldades enfrentadas pelo Judiciário", disse o presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Jayme de Oliveira.

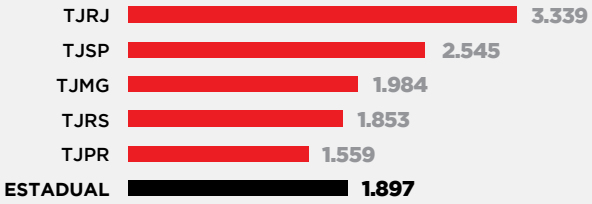
O Justiça em Números constata, pela primeira vez, a queda na quantidade de processos pendentes no Judiciário. A redução do estoque indica que a Justiça solucionou mais casos do que o número de novas ações. O estoque de processos pendentes ao final de 2018, em todos os órgãos do Judiciário, foi de 78.691.031 ações, o que representa queda de 1,2% em relação a 2017.

"Ao final do ano de 2018, estavam em tramitação um total de 78,7 milhões de processos. Apesar de ainda termos um longo caminho pela frente, este resultado é motivo de comemoração, pois saímos, finalmente, da marca dos 80 milhões de processos e pela primeira vez em 15 anos constatou-se uma redução do número de casos pendentes", disse Toffoli.

RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS 2019

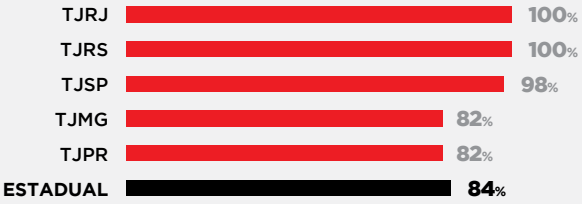
PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS

Índice de produtividade dos magistrados, por tribunal



ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE COMPARADA DA JUSTIÇA

Resultado do IPC-Jus por tribunal (incluída a área administrativa)



1. Usuários circulam pelo primeiro piso da sede do TJ-RJ; **2.** Corredor na Lâmina 2 do Fórum Central

Para o presidente do STF, o avanço da informatização e dos sistemas eletrônicos é uma conquista à parte. "Em 2018, apenas 16% dos processos entraram no Judiciário ainda na forma de papel, o que espelha uma gestão mais célere, mais econômica e, consequentemente, mais acessível a todos aqueles que estão fisicamente afastados dos fóruns que prestam atendimento em suas regiões", afirmou.

Os dados de tempo médio dos processos indicam que o Judiciário está conseguindo solucionar os processos mais antigos. O tempo médio do acervo caiu de 5 anos e 6 meses, em 2015, para 4 anos e 10 meses, em 2018.

Segundo o relatório, a informatização dos procedimentos no Judiciário prosseguiu em 2018 com a abertura de 20,6 milhões de casos por meio eletrônico, montante equivalente a 83,8% dos processos iniciados no ano.

"Em 10 anos cobertos pela série histórica do Relatório Justiça em Números 2019, observa-se o ingresso de 108,3 milhões de casos em formato eletrônico. Mais de 83% dos casos novos de 2018 foram peticionados eletronicamente. No período, os processos físicos ficaram reduzidos a 16,2% do total", diz o documento.

JUSTIÇA ELEITORAL

O TRE-RJ (Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro) cumpriu a Meta Nacional 01, de julgar mais processos que os distribuídos, e a Meta 02, de julgar os processos mais antigos.

Para cumprir a meta, os tribunais deveriam julgar, até o fim do ano passado, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 2016. "O destaque alcançado nos indicadores do CNJ demonstra a produtividade e a eficiência de nosso tribunal eleitoral", destacou a desembargadora eleitoral Glória Heloiza Lima da Silva. ■

DESEMPENHO NACIONAL

Produtividade média dos magistrados

↑ 4,2%

Número de sentenças

32.399.651

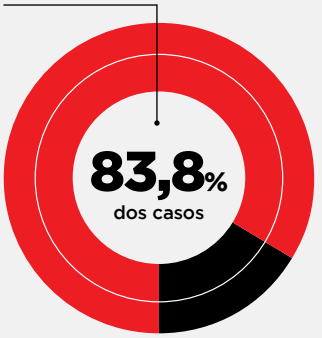
Total de casos pendentes é

1,2% ↓ **menor que** 2017

Processo Judicial Eletrônico

20,6 milhões abertos em 2018

Equivale a



FOTOS: MATHEUS SALOMÃO

AMB elegerá novos presidente e conselheiros

Magistrados reunidos em três chapas concorrerão nas eleições de 5 a 8 de novembro

por **SERGIO TORRES**

1. Chapa AMB+Forte – Uma Só Magistratura; **2.** Chapa Unidade (da carreira) e (é) independência (da Magistratura); **3.** Chapa Magistratura Independente

Três chapas compostas por magistrados de todo o Brasil disputarão em novembro as eleições para os Conselhos Executivo e Fiscal da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) no triênio 2020-2022.

A votação será realizada pela internet, de 5 a 6 de novembro, e, por carta ou pessoalmente, em 7 e 8 de novembro.

Liderada pela presidente da AMAERJ, Renata Gil, a chapa "AMB+Forte – Uma Só Magistratura" foi a primeira a se registrar, em 4 de setembro, na sede da AMB em Brasília. Os integrantes da chapa entregaram a documentação ao presidente da Comissão Eleitoral Geral da AMB, Roberval Belinati.

Juíza há 21 anos, Renata Gil é a primeira mulher a presidir a AMAERJ. Ela dirige a entidade desde 2016, já em segundo mandato. Por duas vezes, foi vice-presidente da AMB (2011-2013 e 2017-2019).

Desde 2008 titular da 40ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Renata Gil atuou nas comarcas de Conceição de Macabu, Silva Jardim e Rio Bonito, municípios do Estado do Rio.

Formada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Renata Gil integrou a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla) e idealizou a Central de Assessoramento Criminal (CAC), cartório de funcionários "sem rosto", iniciativa reconhecida como modelo pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A segunda chapa registrada é a "Unidade (da carreira) e (é) independência (da Magistratura)". Ela é liderada pelo presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas da 12ª Região (Amatra 12), José Carlos Kulzer. A Amatra 12 é sediada em Santa Catarina. Entre as principais propostas da chapa está a igualdade no recebimento de benefícios previstos na carreira.

"É necessário que todos estejam recebendo os mesmos proventos e benefícios. Defendemos que a Magistratura precisa ter uma carreira única, com o mesmo subsídio, e que seja valorizada com a implantação do ATS [Adicional por Tempo de Serviço]", disse Kulzer.

"Magistratura Independente" é a terceira chapa inscrita. Encabeçada pelo juiz do TJ-PE (Tribunal de Justiça de Pernambuco) Luiz Gomes da Rocha Neto, a chapa foi registrada na Comissão Eleitoral Geral da AMB pelo juiz Eduardo Cubas, que compareceu na condição de procurador do candidato. ■

FOTOS: AMB

1. Magistrado Felipe Gonçalves é o candidato a presidente pela Chapa 1; **2.** Magistrado Paulo Feijó é o candidato a presidente pela Chapa 2

Duas chapas disputarão as eleições na AMAERJ em novembro

Juízes Paulo Mello Feijó e Felipe Carvalho Gonçalves da Silva lideram as chapas concorrentes

por **EVELYN SOARES** e **SERGIO TORRES**

A AMAERJ recebeu em 23 de setembro os registros das duas chapas que disputarão, em novembro, as eleições para a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo e Fiscal da Associação no biênio 2020-2021.

A primeira chapa a se registrar foi a "Ação e Participação", comandada pelo juiz Paulo Mello Feijó, titular do 1º Juizado Especial Cível da Capital. Na magistratura desde 1997, Mello Feijó, de 49 anos, é formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

Em seguida, o juiz titular da 2ª Vara Criminal de Belford Roxo (município da Baixada Fluminense), Felipe Carvalho Gonçalves da Silva, de 41 anos, registrou a chapa pela qual concorre à sucessão da magistrada Renata Gil na presidência da AMAERJ: "+Unidos+Fortes". Também graduado pela Uerj, ele é magistrado desde 2006.

Após registrar a chapa "Ação e Participação", Mello Feijó afirmou que, caso eleito, pretende agir em defesa dos interesses dos magistrados fluminenses.

"Estou representando um grupo que pretende dar andamento a diversas pautas internas de interesse da magistratura do Estado do Rio de Janeiro. E tornar a AMAERJ um ponto de reunião e de debates de pautas de interesse da magistratura, voltando a se tornar um embrião de ideias que possam levar ao avanço institucional", disse o candidato.

Felipe Gonçalves, ao término do registro, destacou, caso se eleja presidente da AMAERJ, a intenção de dar prosseguimento às iniciativas da administração de Renata Gil, presidente da Associação nas duas últimas gestões (2016-2017 e 2018-2019).

"O trabalho da gestão atual é espetacular, sem precedentes. Conseguiu abrir frentes de trabalho, inovou, fez ótima interlocução com o Executivo e o Legislativo. Minha pretensão é dar continuidade a este trabalho, manter os projetos exitosos. E, com fôlego novo, continuamos abertos a novas experiências", afirmou o candidato. ■

FOTOS: MATHEUS SALOMÃO

Juízes após palestra em fóruns no TJ-RJ

DEBATES PELA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro recebe cem magistrados no 7º Fonajup e no 25º Fonajup

por **EVELYN SOARES**

Três dias voltados exclusivamente a pensar o direito de crianças e adolescentes brasileiras. Seis entendimentos jurídicos selados por cem juízes de 25 Estados e do Distrito Federal. O TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro) foi a sede, entre 9 e 11 de agosto, do 7º Fórum Nacional da Justiça Protetiva (Fonajup) e do 25º Fórum Nacional de Justiça Juvenil (Fonajuv).

Na abertura do encontro, o juiz Sérgio Ribeiro, diretor de Direitos Humanos e Proteção Integral da AMAERJ, destacou a importância dos debates para ajudar a solucionar questões enfrentadas por crianças e adolescentes do país.

"Podemos nos orgulhar de dizer que temos fóruns proativos e objetivos. Saímos dos encontros com muito trabalho a fazer, com enunciados e normas. Este é um momento muito importante que a Infância e a Juventude vive no Brasil. Precisamos debater bastante o tema para acabar com aquela perplexidade do Judiciário, aquela loteria jurídica. Fóruns como estes são fundamentais para discutirmos o processo", disse Ribeiro, que dirige o Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil e a Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude e do Idoso (Cevij) do TJ-RJ.

Carlos Limongi Sterse, presidente do Fonajuv, destacou que, com a criação dos grupos e as discussões, "aprimoramos nossos conhecimentos e fazemos com que a Justiça seja aplicada da melhor forma possível". Para Haroldo Luiz Rigo da Silva, presidente do Fonajup, a articulação conjunta é importante para "construir um espaço de visibilidade e unificação de entendimentos e das posições dos juízes da Infância do Brasil".

Com cem participantes, os fóruns foram considerados "os maiores já realizados" pelo juiz Daniel Konder, presidente do Foeji-RJ (Fórum dos Juízes da Infância e Juventude do Estado do Rio de Janeiro). Outro ponto alto foi a participação dos magistrados fluminenses: dos seis enunciados aprovados, quatro foram formulados por juízes do Rio.

Para Konder, vice-presidente da Abraminj (Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude), "o evento foi extremamente positivo, pois debatemos por três dias o direito infanto-juvenil, visando garantir a máxima proteção às crianças e aos adolescentes".

Envolvido na realização dos eventos desde a escolha do Rio, em março, Konder disse que foi uma "oportunidade rara para agregar conhecimentos jurídico e prático deste tema, que tanto nos exige na judicatura". O próximo encontro será em Maceió (AL), de 4 a 6 de março de 2020. ■

‘Não era uma escolha’

Juiz Daniel Konder oferece panorama do trabalho dos magistrados na área da Infância e Juventude

por **EVELYN SOARES**

Konder diz que é preciso achar famílias para crianças do grupo de adoções tardias

Em todo o Estado do Rio, 105 juízes trabalham em 99 varas no ramo infanto-juvenil. Os números parecem pequenos comparados à quantidade de assistidos: 1.723 crianças e adolescentes na área protetiva e cerca de 5 mil na socioeducativa.

Muitas são as histórias e os desafios dos magistrados da área. Para Daniel Konder, titular da Vara de Família, da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca de Valença, atuar no setor veio de um desejo de aprendizado e transformação.

“Essas crianças e adolescentes estão em situação de risco, com pouca ou nenhuma assistência familiar. Senti carência grande de conhecimento jurídico, de aprender e estudar. Não era uma escolha. Era onde tinha mais sentido para minha existência, de me encontrar no exercício da judicatura.”

FÓRUM: Quais as grandes dificuldades no Rio?
DANIEL KONDER: A primeira é a encontrar famílias substitutas para crianças do grupo de adoções tardias. Elas têm a partir de 8 anos, com grupo de irmãos. Têm algum tipo de deficiência. A inserção delas demanda uma busca ativa por parte do magistrado. Outra vem da área infracional, com um déficit de unidades de internação, o que gera superlotação. Outro ponto de atenção no Estado e em outros Estados é a influência do tráfico organizado, que coopta crianças em situação de abandono estatal ou familiar.

FÓRUM: O que precisa ser aprimorado nacionalmente?
KONDER: Uma das prioridades é regulamentar a questão da busca ativa, pois o que temos hoje são projetos espontâneos e pontuais. Neles, a criança é convidada a participar de todo o processo, sempre respeitando seus direitos à intimidade e privacidade. Na parte infracional, um dos maiores desafios dos magistrados é como fazer a medida seja eminentemente socioeducativa, com aspectos restaurativos ao oferecer educação e profissionalização de foram a reinseri-lo à sociedade, sem perder o caráter de responsabilidade pelo seu ato.

FÓRUM: O Rio acaba de sediar o 7º Fonajup e 25º Fonajuv. Nos últimos fóruns, os magistrados do Rio formularam a maioria dos enunciados aprovados. A que se credita isso?
KONDER: Por volta de 2016, já na gestão de Renata Gil na AMAERJ e quando Rachel Chrispino assumiu a CEVIJ, começou uma atuação mais forte dos magistrados do Rio. Desde então, temos magistrados atuando em entidades nacionais do tema. O apoio da AMAERJ e do TJ-RJ nos ajudou a levar mais magistrados para os debates nacionais. Nossa ideia era que os colegas daqui levassem ideias sedimentadas ao penúltimo fórum, no Tocantins. Fomos os únicos a apresentar enunciados. Dos 12 apresentados, 11 foram aprovados. No ocorrido no Rio, dos seis aprovados, quatro são de magistrados do Rio. O que se pensa e produz no Direito Infanto-Juvenil local reverbera para os colegas do país. Isso é resultado da união e do fortalecimento dos magistrados fluminenses. ■

FOTOS: MATHEUS SALOMÃO/AMAERJ E ARQUIVO PESSOAL

1. Magistrados e parentes posam na quadra de tênis de Portobello; **2.** Aposentados se divertem na confraternização

Interação entre magistrados ativos e aposentados

União de juízes e desembargadores do Estado marca o 4º Encontro

por **DIEGO CARVALHO,**
enviado especial a Mangaratiba

Durante três dias, em agosto, a AMAERJ reuniu 200 pessoas, entre juízes e desembargadores do Rio de Janeiro e seus familiares, em Mangaratiba (município na Costa Verde fluminense), com o objetivo de fortalecer os vínculos de amizade dos colegas.

Os presentes destacaram a oportunidade de rever, no 4º Encontro Estadual de Magistrados, colegas ativos e aposentados de diversas regiões do Estado do Rio.

"O Encontro é muito importante por ser o momento que temos para reencontrar os colegas aposentados e conviver com os juízes da ativa. Está de parabéns a administração da Associação. Valeu a pena, agradeço muito", afirmou o desembargador aposentado Giuseppe Vitagliano.

A juíza Juliana Bessa (Região Judiciária Especial - 2º Grupo) ressaltou a importância do congraçamento. "O Encontro foi ótimo. Nunca temos tempo de fazer isso no cotidiano. Como moramos em locais distantes, não consigo encontrar nem meus colegas de concurso. Foi muito bom. Parabéns pela organização."

No Encontro, os associados tiveram à disposição toda a estrutura do local para, de forma descontraída, conversar com os colegas e praticar tênis e beach tennis.

"O trabalho do juiz é sempre muito solitário. Na correria do dia a dia, não temos tempo de interagir. O evento é ótimo para rever os colegas em um ambiente fora do trabalho, bem relaxante, em um lugar maravilhoso que a AMAERJ nos proporcionou", disse o juiz Sérgio Ribeiro (4ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Capital).

Os magistrados celebraram a importância da união da classe para o fortalecimento do Poder Judiciário.

"Nós, aposentados, às vezes nos sentimos meio alijados do grupo. Mas, quando percebemos que a administração da AMAERJ se preocupa com isso, realmente nos conforta demais. Essa reunião com os magistrados do Estado do Rio, a terceira a qual eu compareço, serve de motivação para que haja sempre um motivo de confraternização entre os colegas. Isso é bom para toda a magistratura. Não tenho dúvida de que o Encontro se constitui um dos grandes êxitos da administração da presidente Renata Gil", disse o desembargador aposentado Índio Brasileiro Rocha.

As vagas para o 4º Encontro Estadual de Magistrados esgotaram em julho. Em quatro edições, de 2017 a 2019, a confraternização reuniu ao todo mil participantes, entre juízes, desembargadores e familiares.

"É muito importante a realização desses eventos porque não conseguimos encontrar os colegas. Nosso trabalho é muito isolado, então é uma grande oportunidade. Nesses poucos dias, conseguimos ficar mais unidos, trocar ideias do trabalho e de fora do trabalho. É muito gratificante", disse a juíza Juliana Kalichsztein (Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de Duque de Caxias). ■

FOTOS: DIEGO CARVALHO

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: PORQUE JÁ VIMOS ESSE FILME

POR
VANICE VALLE

PROFESSORA DE DIREITO, VISITING FELLOW DO PROGRAMA DE DIREITOS HUMANOS DA HARVARD LAW SCHOOL (EUA) E ESPECIALISTA EM PREVIDÊNCIA SOCIAL

Desde a Constituição de 1988, seis Reformas distintas foram apresentadas ao país

Dia a dia se acompanha a caminhada da proposta de Reforma da Previdência materializada na PEC 6/2019 – claramente condicionada pelos impasses políticos entre Parlamento e Executivo. Aos diretamente atingidos pela proposição resta o permanente estado de insegurança jurídica e a perplexidade em relação a como influir no processo decisório.

No curso da vigência da Constituição de 1988, são já seis distintas reformas na matéria, num ritmo de praticamente uma a cada cinco anos. O sistema originalmente trazido pela Carta se viu totalmente descaracterizado, incrementando com isso o sentimento de que há uma relação de confiança legítima que se vê com essas permanentes mudanças, desprotegidas.

A pergunta que não quer calar é: por que não se alcança solucionar o tema da Previdência em uma só iniciativa, exigindo-se ao revés, várias reformas? Tecnicamente, o problema reside nas falhas sequenciais, ou seja, na dificuldade na implementação de medidas subsequentes de desenvolvimento do novo sistema previdenciário que a reforma imediatamente anterior pretendeu estabelecer.

Bom exemplo disso é a instituição dos regimes de previdência complementar pelos entes públicos. Autorizada a partir da EC 20/98, a sistemática se apresentava interessante para todos os envolvidos – especialmente nas categorias funcionais mais qualificadas. Afinal, instituído o regime de previdência complementar, viabilizava-se para o regime próprio de Previdência Social a limitação do valor de benefício previdenciário, desacelerando o aumento dos gastos.

De outro lado, para os servidores, limitava-se a base de cálculo do desconto previdenciário em favor do regime próprio, abrindo-se a possibilidade de transposição dos valores antes descontados para o novo regime de previdência complementar, que, sob controles muito mais rígidos da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), pode apresentar resultados positivos, incentivando a adesão.

A medida, salutar sob todos os prismas, se viu no mais das vezes limitada por cláusulas que, quando da instituição dos regimes de previdência complementar, limitavam no tempo a adesão de servidores já integrantes do quadro. A janela de oportunidade para adesão ao modelo novo – que, por seu ineditismo, ainda não tinha tanta atratividade – rapidamente se fechou, inviabilizando que servidores, hoje já convencidos do acerto da proposta, adiram.

Descontinuidades dessa natureza reduzem em muito o potencial de transformação do quadro de desequilíbrio da previdência pública. O cenário não parece diferente com a PEC 6/2019. Com isso, é previsível que, daqui a cinco anos, estejamos de novo debatendo o assunto. ■

FOTO: 15ª CONGRESSO GOIANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO/DIVULGAÇÃO

Defesa das prerrogativas e da valorização dos magistrados

Em atuação na capital federal e no Rio, AMAERJ trata da Previdência, do Extrateto, das Eleições Diretas e do restabelecimento do ATS

por **DIEGO CARVALHO**

Além dos esforços para alterar o projeto de lei do Abuso de Autoridade (PL 7.596/17), a AMAERJ e demais associações continuaram trabalhando na Reforma da Previdência (Proposta de Emenda à Constituição 6/2019), no Projeto de Lei do Extrateto (6.726/2016), na PEC das Eleições Diretas (187/2012) e na PEC 63/2013, que institui a parcela indenizatória da VTM (Valorização por Tempo na Magistratura e no Ministério Público), o antigo ATS (Adicional por Tempo de Serviço).

Os temas foram discutidos com parlamentares, entre eles o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM -RJ), em agosto. As associações conseguiram que o PL do Extrateto não tramitasse em regime de urgência. Após o trabalho das entidades pela ampla discussão do texto, a proposta não foi votada.

Ainda na Câmara, a presidente da AMAERJ, Renata Gil, se reuniu com o deputado federal João Campos (Republicanos-GO), relator da PEC que trata das eleições diretas nos tribunais. Eles conversaram sobre a tramitação da proposta, que aguarda inclusão na Ordem do Dia do Plenário da Câmara.

A democratização interna do Judiciário é uma bandeira associativa histórica. A proposta modifica o texto constitucional para permitir a todos os magistrados, de primeiro e segundo graus, que votem nas eleições para órgãos diretivos dos tribunais. A PEC já tramitou por todas as comissões da Casa e está pronta para ser pautada em plenário. A AMAERJ trabalha na Câmara para que a PEC seja colocada em votação.

> "IMPERIOSO O ESTADO DO RIO REABRIR O PRAZO DE MIGRAÇÃO PARA O SEU REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR."
>
> **REQUERIMENTO DAS ENTIDADES DE CLASSE**

No Senado, as associações pediram o restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço – atual VTM. Desde o desarquivamento da PEC, que ocorreu em março deste ano, os magistrados trabalham individualmente com os parlamentares pela aprovação da proposta.

A Reforma da Previdência permaneceu acompanhada de perto pelas associações. Após a aprovação do texto na Câmara, a PEC seguiu ao Senado, em agosto. Em reunião com senadores, entre eles a presidente da CCJC (Comissão de

1. Presidentes Jayme de Oliveira e Renata Gil atuam em defesa da magistratura;
2. A presidente da AMAERJ e colegas do movimento associativo em reunião no Rioprevidência;
3. O deputado João Campos recebe os magistrados Julianne Marques, Renata Gil, Fernando Bartoletti e Flávia Balieiro;
4. Oliveira, Renata Gil e Bartoletti visitam o presidente da Câmara, Rodrigo Maia

Constituição, Justiça e Cidadania), Simone Tebet (MDB-MS), magistrados e membros do Ministério Público mostraram a necessidade de mudanças em pontos como regras de transição, pensão por morte e alíquotas.

Após a aprovação do parecer do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), em setembro, a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) encaminhou emendas para os parlamentares apresentarem no plenário da Casa. Os pedidos de alteração no texto têm o objetivo de minimizar os prejuízos das carreiras públicas.

RJPREV

Renata Gil também tratou da questão previdenciária no Rio, em reuniões com os presidentes do Rioprevidência (Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro), Sergio Aureliano Machado da Silva, e da RJPrev (Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro), Rodrigo Ribeiro da Luz.

A AMAERJ, com a APERJ (Associação dos Procuradores do Estado do Rio de Janeiro), a ADPERJ (Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro) e a AMPERJ (Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro), pediu ao Rioprevidência a reabertura do prazo de migração para a RJPrev com o pagamento de benefício especial a partir da data da aposentadoria.

No requerimento, as entidades relembraram que, em setembro de 2018, a União reabriu o prazo de adesão ao Regime de Previdência Complementar.

"Considerando as profundas mudanças no sistema de Previdência desde 2012 e a nova conjuntura que se apresenta, bem como o exemplo dado em âmbito federal no FUNPRESP (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal), torna-se imperioso que o Estado do Rio de Janeiro igualmente reabra o prazo de migração para o seu Regime de Previdência Complementar (RPC), a RJPrev, assegurando aos que optarem o pagamento de um benefício especial."

O Rioprevidência e a RJPrev convidaram a AMAERJ para participar da elaboração de uma nova lei geral de Previdência. ■

FOTOS: MATHEUS SALOMÃO, DIEGO CARVALHO E AMB

1. Ministro Luiz Fux sorri em homenagem; 2. Diretor-geral da EMERJ, André Andrade, com Fux e família

MANHÃ DE MEMÓRIAS E CELEBRAÇÃO

Em auditório lotado, Luiz Fux recebe homenagem na EMERJ

por **EVELYN SOARES**

"Sensibilidade, razão e paixão": a fórmula para o exercício da magistratura foi revelada pelo vice-presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, na manhã de 23 de agosto. Com auditório lotado, a AMAERJ e a EMERJ (Escola da Magistratura do Rio de Janeiro) homenagearam o ministro. Na ocasião, sua fotografia foi inaugurada na Escola.

Parentes, amigos e colegas lembraram a juventude de Fux e os 43 anos de uma carreira dividida entre as vidas acadêmica e profissional. Além de ter estudado e ainda lecionar na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), ele atuou no Ministério Público do Rio de Janeiro, Tribunal de Justiça do Rio, STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF – onde será seu 60º presidente a partir de setembro de 2020.

Após falas carinhosas, Fux contou seu momento diário de gratidão. "Todo dia, quando acordo, só piso o pé no chão depois de agradecer a Deus por ter nascido, sobrevivido, tido a família que tenho e faço uma prece para que tenha razão e emoção caminhando juntas, fazendo justiça caridosa e caridade justa".

O encontro foi coordenado pelo juiz Antônio Aurélio Abi Ramia Duarte e pelo promotor Humberto Dalla Bernardino de Pinho. André Andrade, 1º vice-presidente da AMAERJ e diretor-geral da EMERJ, relembrou o período em que Fux foi juiz eleitoral na Zona Oeste do Rio. "Era uma época difícil. O ministro comandou a zona eleitoral sempre com serenidade. Foi um grande aprendizado na minha vida de magistrado."

O presidente do TJ-RJ, Claudio de Mello Tavares, disse que "salta aos olhos a laboriosidade do ministro Fux, que não se cansa e se mantém como unânime referência no Direito".

Os ministros do STJ Antonio Saldanha, Sebastião Reis e Luis Felipe Salomão também exaltaram qualidades do futuro presidente do STF.

Estiveram na solenidade, entre outros, o vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, o desembargador Sylvio Capanema e o advogado Paulo Cezar Pinheiro Carneiro. Ao final, Fux descerrou sua fotografia na Galeria de Conferencistas Eméritos da EMERJ, na companhia dos filhos Rodrigo, advogado, e Marianna, desembargadora do TJ-RJ, e da irmã Bettina. ■

> "QUANDO ACORDO, SÓ PISO O PÉ NO CHÃO DEPOIS DE AGRADECER A DEUS POR TER NASCIDO."
>
> **LUIZ FUX,** ministro do STF

FOTOS: EVELYN SOARES/AMAERJ

CARIOCANDO

CULTURA + TURISMO + ESPORTE + LITERATURA

A Terra nasce no horizonte lunar em foto do Projeto Apollo 11

CULTURA

A Lua inspira as artes

CULTURA p.32
A chegada do homem à Lua completa 50 anos

TURISMO p.34
Conheça as atrações dos museus nova-iorquinos

ESPORTE p.36
AMB celebra 70º aniversário com disputas esportivas

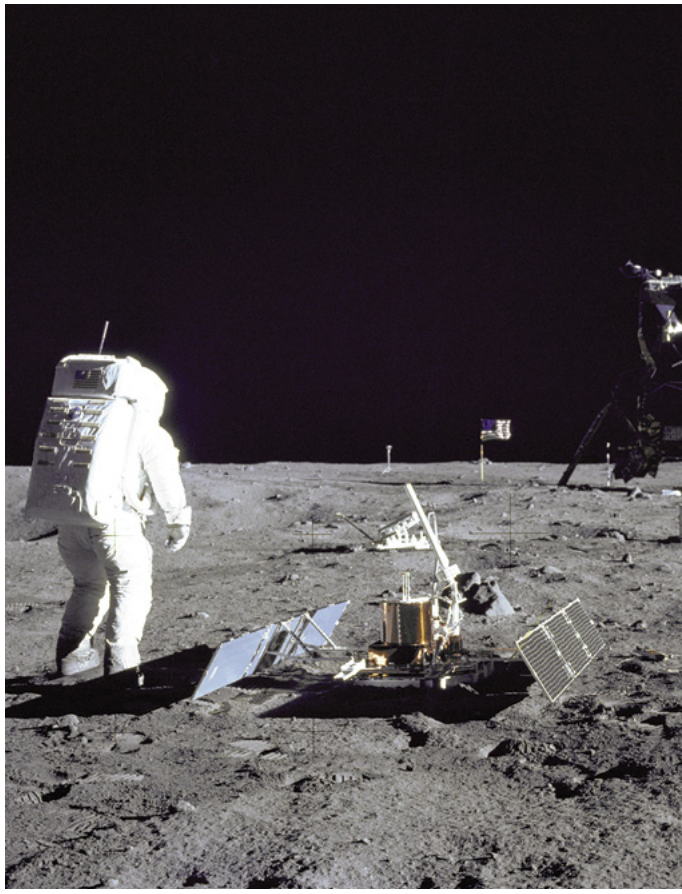
ESTANTE p.38
Editoras lançam mais cinco livros sobre o Direito

FOTO: NASA

O impacto cultural da LUA DOS ASTRONAUTAS

Artes plásticas, cinema e música popular se inspiram no satélite da Terra

por **SERGIO TORRES**



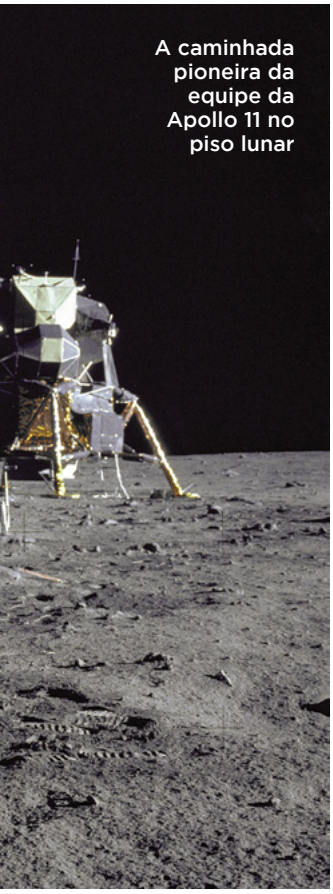
Talvez o mais importante fato da história da humanidade tenha sido a chegada do homem à Lua. Nunca o ser humano fora tão longe. O impacto do feito é algo incomensurável até hoje. As imagens granuladas dos astronautas Neil Armstrong e Edwin "Buzz" Aldrin caminhando no satélite único da Terra são relíquias da modernidade. Este episódio grandioso, exemplo do desempenho evolutivo da tecnologia e da inteligência, acaba de completar 50 anos.

A Lua sempre inspirou poetas, compositores, artistas plásticos e cineastas. De "A Lua é dos namorados" (marchinha de sucesso no Carnaval de 1961, de Armando Cavalcanti e Klécius Caldas) à "Lua dos Amantes" (canção de 1990 de Moraes Moreira e Pepeu Gomes), ela é tema usual na música popular brasileira.

No cinema, a epopeia da Apollo 11, nome da espaçonave que levou o homem à Lua, foi recentemente contada por Hollywood em "O Primeiro Homem", filme do diretor Damien Chazelle. O ator Ryan Gosling interpreta Neil Armstrong. O filme conta a trajetória do astronauta, como era sua vida antes de ser o primeiro homem a pisar na Lua e o que acontece com ele após o retorno do espaço, até a sua morte em 2012, aos 82 anos.

Armstrong e Aldrin desceram na Lua em 21 de julho de 1969. Desde a véspera o Módulo Lunar estava pousado no Mar da Tranquilidade, área escolhida pela Nasa para a alunissagem. O terceiro astronauta, Michael Collins, permaneceu no Módulo de Comando, na órbita lunar.

Armstrong desceu primeiro. O colega, 20 minutos depois. Permaneceram 2 horas e 15 minutos no solo da Lua, onde coletaram 21,5 kg de



A caminhada pioneira da equipe da Apollo 11 no piso lunar

Tela "Nascer da Lua sobre o Mar" (1835), do paisagista Caspar Fridrich

CONHEÇA "LUNIK 9", DE GILBERTO GIL

Poetas, seresteiros, namorados, correi
É chegada a hora de escrever e cantar
Talvez as derradeiras noites de luar

Momento histórico
Simples resultado
Do desenvolvimento da ciência viva
Afirmação do homem
Normal, gradativa
Sobre o universo natural
Sei lá que mais

Ah, sim!
Os místicos também
Profetizando em tudo
o fim do mundo
E em tudo o início dos
tempos do além
Em cada consciência
Em todos os confins
Da nova guerra ouvem-se os clarins

Guerra diferente das tradicionais
Guerra de astronautas
nos espaços siderais
E tudo isso em meio às discussões
Muitos palpites, mil opiniões
Um fato só já existe
Que ninguém pode negar
7, 6, 5, 4, 3, 2, 1, já!

Lá se foi o homem
Conquistar os mundos
Lá se foi
Lá se foi buscando
A esperança que aqui já se foi
Nos jornais, manchetes, sensação
Reportagens, fotos, conclusão:
A lua foi alcançada afinal
Muito bem
Confesso que estou
contente também

A mim me resta disso
tudo uma tristeza só
Talvez não tenha mais luar
Pra clarear minha canção
O que será do verso sem luar?
O que será do mar
Da flor, do violão?
Tenho pensado tanto, mas nem sei

Poetas, seresteiros,
namorados, correi
É chegada a hora de
escrever e cantar
Talvez as derradeiras noites de luar

Cena clássica de "Viagem à Lua", do precursor Georges Méliès

material, principalmente rochas e poeira.

O projeto Apollo 11 foi o auge da corrida espacial que EUA e a então União Soviética empreendiam desde a década de 50, como parte da Guerra Fria que opunha os blocos capitalista e comunista surgidos com o fim da 2ª Guerra Mundial, em 1945.

Os três astronautas foram recebidos com entusiasmo após a amerrissagem no Oceano Pacífico. Houve homenagens em todo o mundo. Tornaram-se heróis da humanidade.

Nas artes plásticas, o romântico alemão Caspar David Friedrich (1774-1840) retratou o satélite em quadros que são obras-primas. "Em Nascer da Lua sobre o Mar", o artista encanta o observador com um luar belíssimo admirado por três pessoas sentadas em um pedregulho à beira-mar.

O francês Jules Verne (1828-1905), escritor consagrado dos primórdios da ficção científica, escreveu "Da Terra à Lua" e "Viagem ao Redor da Lua", clássicos pioneiros de sua obra visionária.

Foi a Lua que inspirou Georges Méliès (1861-1938), precursor da cinematografia mundial, a realizar, em 1901, "Le voyages dans la Lune" ("Viagem à Lua", no Brasil). O artista da França inventou a ficção científica no cinema. Até hoje, passados 118 anos, ela continua presente nas produções mundo afora.

O baiano Gilberto Gil, antes até da chegada do homem à Lua, compôs "Lunik 9", uma das mais singelas canções sobre e o futuro do homem, lançada em seu primeiro disco, de 1967. ■

FOTOS: NASA E REPRODUÇÃO

METROPOLITAN MUSEUM OF ARTE

1000 5th Avenue, Manhattan

O MUNDO NOS MUSEUS DE NOVA YORK

DOS DINOSSAUROS À ARTE CONTEMPORÂNEA, MUSEUS DISPUTAM OS TURISTAS COM CENTRAL PARK, EMPIRE STATE E ESTÁTUA DA LIBERDADE

por

SERGIO TORRES

Destino preferido de milhões de turistas de todo o planeta, Nova York atrai não só os consumistas, maravilhados com as mais variadas ofertas de compras; ou aqueles que sonham conhecer as atrações clássicas da metrópole, como a Estátua da Liberdade, o Empire State Building e o maravilhoso Central Park; ou ainda os fãs dos musicais que lotam os teatros na região da Broadway. Nova York é, também, um encanto para os apaixonados por museus.

Na ilha de Manhattan, coração de Nova York, e nos distritos que a circundam, como o Brooklyn, funcionam dezenas de museus. Não apenas museus dedicados às artes plásticas. Um dos mais incríveis não tem nos quadros e esculturas o seu ponto forte. Trata-se do Museu Americano de História Natural, na lateral oeste do Central Park.

Líder absoluto no ranking dos museus naturais espalhados pelo mundo, o de Nova York está completando 150 anos de fundação. É o maior em termo de acervo, com ao menos 35 milhões de itens. Nele, o visitante conhece com detalhes a história do planeta, do ser humano, da fauna, da flora, dos mares. São famosos os esqueletos de dinossauros montados nos imensos saguões. Não por acaso o museu serviu de cenário da série de filmes "Uma Noite no Museu", trilogia interpretada pelo astro Ben Stiller.

Para os que apreciam as artes produzidas ao longo dos séculos, é imperdível o Metropolitan Museum of Art, localizado na lateral leste do Central Park. O MET, como é conhecido internacionalmente, funciona desde 1872. As alas e os pavimentos do enorme museu são tomados

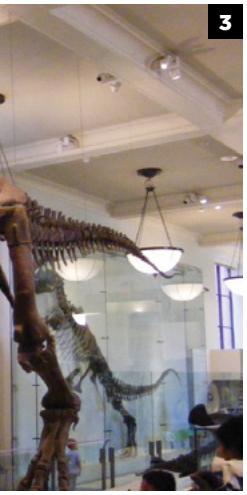
MUSEU AMERICANO DE HISTÓRIA NATURAL

Central Park West & 79th Street, Manhattan

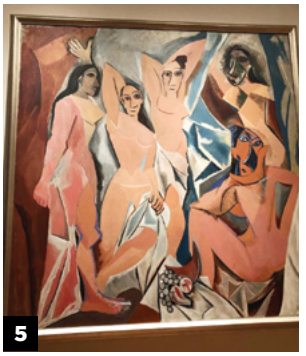
1. Fachada do Metropolitan; **2.** Entrada principal do MoMa; **3.** Esqueleto do Tyranossaurus rex, destaque do Museu de História Natural; **4.** Tela "A Noite Estrelada", maravilha de Van Gogh exposta no Museu de Arte Moderna; **5.** Picasso idealizou o cubismo em "Les Demoiselles d'Avignon", exibida no MoMa; **6.** O Brasil no MoMa: "Dia de São João", de Heitor dos Prazeres; **7.** "Autorretrato" (José Pancetti) é mais um quadro brasileiro no Museu de Arte Moderna de Nova York

MOMA

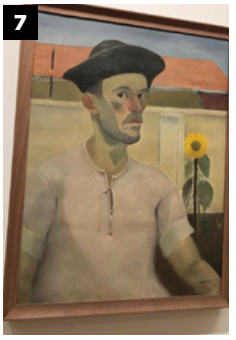
11West 53Street, Manhattan


3

4


5

6


7

por obras-primas representativas da evolução artística do homem.

O visitante tem a oportunidade de visualizar exemplos milenares da arte e da arquitetura produzidas no Egito dos faraós, na Grécia Antiga, na Roma dos imperadores e na Idade Média. Também pode conhecer trabalhos arrojados de artistas contemporâneos. Não é exagero dizer que, para conhecer bem o MET, o visitante deve passar o dia inteiro lá dentro. E ainda faltará coisa a ser vista.

O Museu do Brooklyn pode ser considerado, com um pouco de benevolência, o caçula dos centenários museus nova-iorquinos. Afinal, foi inaugurado em 1895. É o segundo maior museu de arte da cidade, o que não é demérito algum. O Museu do Brooklyn é um dos mais importantes de todos os Estados Unidos.

O BRASIL NO MOMA

O famosíssimo MoMA reúne, talvez, o mais importante acervo mundial de arte moderna. Fundado em 1929, o MoMA, aos 90 anos, reúne uma coleção extraordinária, em que não faltam trabalhos clássicos de mestres como o espanhol Pablo Picasso (1881-1973), o holandês Vincent Van Gogh (1853-1890) e o norueguês Edvard Munch (1863-1944).

O Brasil está presente no MoMA. Do acervo do museu ou do catálogo das exposições já nele realizadas constam trabalhos de dezenas de artistas brasileiros.

Entre os brasileiros, aparecem como destaques representantes ilustres das artes plásticas nacional, como Oscar Niemeyer (1907-2012), Aldemir Martins (1922-2006), Candido Portinari (1903-1962), Roberto Burle Marx (1909-1994), José Pancetti (1904-1958), Tarsila do Amaral (1886-1973) e Alberto da Veiga Guignard (1895-1962). ■

FOTOS: SÍLVIA FONSECA E DIVULGAÇÃO

1

2

JOGOS DA MAGISTRATURA CELEBRAM OS 70 ANOS DA AMB

COMPETIÇÕES ESPECIAIS LEVARAM 200 MAGISTRADOS A BRASÍLIA

por **MATHEUS SALOMÃO**

Como parte da comemoração pelos 70 anos da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), foi realizada uma edição especial dos Jogos da Magistratura. Promovida pela AMB em parceria com a Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis-DF), a competição aconteceu entre os dias 12 e 14 de setembro, no Minas Brasília Tênis Clube (MBTC), em Brasília (DF).

Os Jogos da Magistratura têm como objetivo o incentivo à prática de esportes pelos magistrados e parentes, além de proporcionar momentos de congraçamento e união e promover o bem-estar.

Cerca de 200 magistrados das associações filiadas à instituição nacional estiveram em Brasília para participar da disputa.

"Estamos com o coração em festa. Os 70 anos da AMB reúnem os amigos do esporte. É mais uma demonstração de amizade sócio desportiva, propiciada pelos jogos comemorativos desta tão importante instituição de representação de magistrados", disse Gildo Alves de Carvalho, secretário de esportes da AMB, na abertura dos Jogos da Magistratura.

> "ESTAMOS COM O CORAÇÃO EM FESTA. OS 70 ANOS DA AMB REÚNEM OS AMIGOS DO ESPORTE.",
>
> **GILDO DE CASTRO,** secretário de Esportes da AMB

No vôlei de praia, as duplas da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (AMARN) - Flávia Dantas/Flávia Bezerra e Igor Arbex/Bruno Montenegro - foram campeãs.

No beach tênis, os campeões no masculino foram os magistrados Rafael Leal e Fábio Heerdt, da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris); na modalidade feminina, Flávia Bezerra e Sulamita Pacheco (AMARN).

No tênis de quadra, as duplas Géssika de Souza (Associação dos Magistrados do Mato Grosso do Sul-AMAMSUL) e Geiza Scaffe (Associação Paulista de Magistrados-Apamagis)

foram campeãs. Géssika também conquistou o ouro no individual. Na categoria até 50 anos A, Emerson Ricardo Fernandes (AMAMSUL) levou o ouro. Arthur César Rocha Júnior (Associação dos Magistrados do Paraná-Amapar) foi o vencedor na até 50 anos B.

Entre os atletas acima de 65 anos, o juiz aposentado Cleônio de Aguiar Andrade Filho (Apamagis) foi o vencedor. No simples masculino (51 a 64 anos), Paulo Sérgio da Silva (Apamagis) ganhou o ouro. Nas duplas acima de 50 anos, venceram os magistrados Marco Aurélio Mendonça de Araújo e Luiz Gustavo Mendonça de Araújo, da Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe). Nas duplas até 50 anos, venceram Arthur César Rocha Júnior e Marcio Rigui Prado (Amapar).

Na corrida rústica feminina as ganhadoras do ouro foram: categoria 10 km Master, Luciana Ferreira de Araújo Magalhães (Amepe); 10 km Livres, Rachel Rocha Mesquita da Costa (Amepa); 5 km Super Sênior, Silvana Tavares da Silva (Ajuris); 5 km Sênior, Geneci Ribeiro Campos (Ajuris); 5 km Master, Priscila Gomes Palmeiro (Ajuris); 5 km Livres, Fernanda de Araújo Paz (AMPB).

No masculino da corrida rústica, ganharam: categoria 10 km Super Sênior, Nilton Tavares da Silva (Ajuris); 10 km Sênior, Luis Otávio de Queiroz Fraz (Asmeto); 10 km livre, Raphael Leite Guedes (Amma); 10 km Master, Leandro Vicenzo Silva Consentino (Amepa); 5 km Super Sênior, Romulo Vasconcelos (Almagis); 5 km Sênior, Carmo Antônio de Souza (Amaap); e 5 km Master, Silvio César dos Santos Maria (Amepa).

Nos esportes coletivos, a AMARN foi vitoriosa no vôlei de quadra (masculino e feminino), futsal masculino e basquete, modalidade em que foram tetracampeões. A Associação dos Magistrados de Minas Gerais venceu no futebol Super Sênior. ■

1. Disputa de beach tênis; **2.** Confronto no tênis em quadra de saibro; **3.** Largada da corrida rústica; **4.** Magistradas se enfrentam no vôlei de quadra

FOTOS: AMB

CONHEÇA CINCO NOVIDADES DA LITERATURA JURÍDICA BRASILEIRA

LANÇAMENTOS ABORDAM TEMAS COMO PROCESSO CIVIL, CÓDIGO CIVIL, MARIA DA PENHA, AMB E ATÉ CINEMA

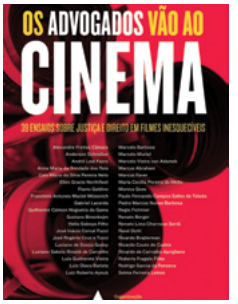
por **MATHEUS SALOMÃO**

TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL

A obra do ministro e vice-presidente do STF, **Luiz Fux**, apresenta aos operadores do Direito uma análise doutrinária - nacional e internacional - do Processo Civil. O ministro aborda a doutrina essencial do Processo Civil com a jurisprudência predominante nos tribunais brasileiros. **Editora:** GEN

CÓDIGO CIVIL COMENTADO: *Doutrina e jurisprudência*

A obra do desembargador **Marco Aurélio Bezerra de Melo** e dos advogados **Anderson Schreiber, Flávio Tartuce, José Fernando Simão** e **Mário Delgado** é estruturada em comentários, divididos em duas partes. Na primeira, os autores analisam o tema do livro, com opiniões sobre a norma e a exposição das interpretações doutrinárias constantes das Jornadas de Direito Civil, de Direito Processual Civil e de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal. A segunda aborda os julgamentos emblemáticos relacionados ao tema. **Editora:** GEN



OS ADVOGADOS VÃO AO CINEMA: *39 ensaios sobre Justiça e Direito em filmes inesquecíveis*

Organizado pelo advogado **José Roberto de Castro Neves,** o livro traz a análise de 39 juízes, promotores e advogados sobre filmes que abordam o Direito e a Justiça. Cada um escreve sobre o filme de sua preferência. De comédias a dramas, de cults a blockbusters, são diversos os filmes destacados no livro. **Editora:** Nova Fronteira

CULPABILIDADE E VULNERABILIDADE: *Proposta para um novo conceito de culpabilidade penal*

A autora **Bruna Gonçalves da Silva Loureiro** comenta o conceito normativo de culpabilidade. Ela propõe a elaboração de uma nova visão de culpabilidade penal, em que a síntese entre a culpabilidade de ato é reduzida pelo elemento culpa e pela vulnerabilidade. Segundo a proposta, será possível diminuir a pena ou até mesmo excluí-la da reprovabilidade do acusado, permitindo ao julgador minimizar desigualdades e injustiças. **Editora:** Revan

DIREITO E LITERATURA: *70 anos da AMB*

O livro reúne crônicas, poesias e contos escritos por 40 juízes e desembargadores, selecionados no Prêmio Nacional de Literatura para Magistrados. Entre as escolhidas estão obras de magistrados do Rio de Janeiro, como o desembargador Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, autor da poesia "O jarro chinês", e o juiz Eduardo Buzzinari Ribeiro de Sá, que escreveu a crônica "Fé na Justiça." **Editora:** AMB e Academia Paulista de Letras

FOTOS: DIVULGAÇÃO